



A temática curricular em tempos de crise

A temática curricular esteve, nesses últimos decênios, avassalada pelas exigências postas pelo neo-liberalismo: novas relações de trabalho e a conseqüente redefinição dos currículos escolares. A crise financeira que surpreendeu, nesse último trimestre de 2008, os corifeus de uma ordem econômica sem controles reguladores, e estendeu-se rapidamente para todas as atividades da vida social, abre um amplo campo de interrogações sobre o futuro e provoca novas questões para o currículo escolar. O tripé sobre o qual esteve apoiada toda discussão educacional vintaneira, nesse período, consistiu na descentralização do sistema escolar, na avaliação a partir de resultados obtidos pelos alunos e a competitividade comparativa entre sistemas e unidades escolares. Esses três eixos delinearam as políticas e práticas curriculares. Os currículos foram remetidos, nesse período, às instâncias responsáveis pelo respectivo sistema e, no final, às unidades escolares, tornando-se cada uma delas obrigada a apresentar resultados, por meio de indicadores específicos, pelos quais são posicionadas na hierarquia educacional.

A contestação desse modelo sempre esteve presente nos debates educacionais, mas não teve vigor suficiente para abalar as políticas curriculares oficiais. Os expedientes criados para atender essas exigências foram diversos: os Estados propuseram um padrão curricular único, como forma de atender à diversidade da educação de massa; os grandes municípios, e algumas iniciativas isoladas de pequenos municípios, procuraram evitar a improvisação, criando seus programas curriculares, mas



a grande parte dos sistemas municipais de ensino recorreu à aquisição de programas curriculares, secundadas pela assistência operacional, mediante acordos e convênios com empresas educacionais. O resultado dessa política curricular implantada no sistema de ensino brasileiro tem algumas pesquisas, mas uma avaliação da política oficial de currículo, nesse período, está para ser feita. Os artigos desse número discutem alguns aspectos do currículo, que atraíram pesquisadores e são contribuições que identificam questões emergentes para a área.

Na edição desse número, Gomercindo Ghiggi, Beatriz Maria Boéssio Atrib Zanchet e Mari Margarete dos Santos Forster investigam a escola como lócus formativo. Os autores, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, realizaram a pesquisa em uma escola estadual do Rio Grande do Sul.

Antônio Duarte e Cristina Nunes buscam analisar a percepção de profissionais do Hospital Distrital de Faro (Portugal) em relação ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). O objetivo do estudo é contribuir para o entendimento sistêmico da aprendizagem e da participação.

Vitória Kachar investiga sobre a formação inicial de professores ao serem preparados para utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto educacional do curso de Pedagogia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (SP).

Sidnei Phitan da Silva e Paulo Evaldo Fensterseifer vinculam Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia com a formação de profissionais no ensino



superior com o objetivo de contribuir com a desmistificação do conhecimento científico e tecnológico, e de promoção da participação pública nos processos de decisão e controle do uso da ciência e tecnologia.

Franciele Roos da Silva Ilha e Hugo Norberto Krug analisam a participação do professor de Educação Física na Gestão Escolar e sua contribuição para a sua formação profissional na rede estadual de ensino de Santa Maria (RS).

Janete Aparecida Pereira Melo e Rejane Maria Ghisolfi da Silva, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) apresentam os resultados de uma investigação com alunos de um curso superior de Pedagogia, na modalidade a distância, sobre como concebem as tecnologias de informação e comunicação e compreendem a sua utilização em sala de aula.

Fabiany de Cássia Tavares Silva, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), investiga a hipótese da gestão controlada das diferenças no/pelo currículo, na chamada escola inclusiva.

Por fim, Becky Henriette Gonçalves, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), analisa a construção histórica, política e social da educação, em seu sentido escolarizado, no ensaio "Currículo: as tramas da construção ideológica de uma classe dominante."

Boa leitura e até a próxima edição.

